

Lei nº 245 - PL nº 08/76

Autariza o Executivo Municipal a manter entendimento com a CEMIG.

A Câmara Municipal de Moema, por seus representantes decretou, e eu, Prefeito Municipal, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - O Executivo Municipal fica autorizado a assinar a Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. (CEMIG), contrato de fornecimento de energia elétrica para iluminação pública, prédios municipais e bombas d'água, de acordo com a legislação federal em vigor.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o cumprimento e execução desta Lei pertencerem, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Prefeitura Municipal de Moema, 08 de outubro de 1976

Prefeito Municipal. *Araró*  
Oficial de Adm.: Maria Eugênia Santos Terraiva

Lei nº 246 - PL nº 09/76

Institui a Taxa de Iluminação Pública e dá outras providências.

O povo do Município de Moema, por seus representantes na Câmara Municipal, decreta e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituída a Taxa de Iluminação Pública sobre o imóvel, onde o consumo de energia elétrica seja superior a 30 kWh, e que se situe em logradouro que se sirva ou venha servir-se de Iluminação Pública.

Art. 2º. A taxa de Iluminação Pública também incidirá sobre o imóvel constituído por lote vago, que se situe em logradouro, que se sirva ou venha a servir-se de Iluminação Pública.

§ único. O imóvel que se enquadrar neste artigo será taxado à razão de 1,5% (um por cento) do valor substitutivo do Salário Mínimo, estabelecido para o Estado de Minas Gerais, por mês.

Art. 3º. Observado o disposto no Artigo 1º desta lei, cobrar-se-á a Taxa de Iluminação Pública, mensalmente calculada sobre o valor substitutivo do Salário Mínimo, estabelecido para o Estado de Minas Gerais, na seguinte proporção:

a) 0,5% (meio por cento) do contribuinte cujo imóvel dispender de 31 a 50 kWh, por mês;

b) 1,0% (um por cento) do contribuinte cujo imóvel dispender de 51 a 100 kWh, por mês;

c) 1,5% (um e meio por cento) do contribuinte cujo imóvel dispender de 101 a 200 kWh, por mês;

d) 2,0% (dois por cento) do contribuinte cujo imóvel dispender de mais de 200 kWh, por mês.

Art. 4º. O produto da Taxa ora criada constituirá receita destinada a cobrir e remunerar os serviços e dispêndios da municipalidade, decorrentes da instalação, sistema e consumo de energia elétrica para Iluminação Pública, bem como para a melhoria e ampliação do serviço.

Art. 5º. A cobrança da taxa referente ao artigo 2º desta lei, será diretamente pela Prefeitura Municipal, em conjunto com os impostos predial e territorial.

Art. 6º. A cobrança da taxa relativa ao Art. 1º desta lei poderá ser feita diretamente pela Prefeitura Municipal, ou mediante convênio para arrecadação da taxa junto às contas particulares de consumo de energia elétrica, a ser cobrado com a Concessionária dos Serviços de Energia Elétrica local, ficando neste caso, o Poder Executivo desde já autorizado a firmar o referido convênio.

Art. 7º. Realizado o convênio, a CEMIB contabilizará e recolherá mensalmente o produto da taxa à conta vinculada, em estabelecimento de crédito indicado em comum acordo entre

CEMIG e a Prefeitura Municipal.

§ 1º - A CEMIG, quando necessário, fornecerá à Prefeitura Municipal, no decorrer do mês seguinte ao que se operou o faturamento, o valor total da Taxa de Iluminação Pública, a ser utilizada.

§ 2º - O "superavit" eventual, verificado entre o montante faturado da Taxa e o valor do faturamento de Iluminação Pública poderá ser aplicado pela CEMIG para a quitação parcial ou total de outras contas relativas ao fornecimento de energia elétrica à Prefeitura Municipal, bem como em serviços relacionados com Iluminação Pública.

§ 3º - Quando o saldo desta conta corrente for insuficiente para cobrir o valor da conta de fornecimento de energia elétrica para Iluminação Pública, o Executivo Municipal deverá providenciar a imediata liquidação do débito pendente.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a quem o conhecimento e a execução da presente lei pertencer que a cumpra e a faça cumprir, tão inteiramente como nela se contém.

Prefeitura Municipal de Maema, 08 de outubro de 1976

Prefeito Municipal. *Benedito*  
Oficial de Adm. *Maria Eugênia Gantys Ferreira*

Lei nº 247 - P.L. nº 10/76

Autoriza vendas de Noês da Tetrabrás.

A Câmara Municipal de Maema, por seus representantes, decreta, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Tica o Poder Executivo de Maema, autoriza